

## IGREJA: DISCURSO E AÇÃO PASTORAL

(Análise da reflexão religiosa sobre a questão urbana)

*Irllys Alencar Firmo Barreira*

### INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é ver como se constitui o discurso religioso a respeito da questão urbana e como esse discurso se materializa em práticas institucionais levadas a efeito pelas comunidades de base.

Nossa reflexão tomará por base as seguintes questões:

- 1 — Como se dá o processo de constituição do discurso religioso sobre a questão urbana (quais os conceitos básicos formulados e como eles se inter-relacionam)?
- 2 — Quais os elementos que informam o discurso religioso, ou seja, como o discurso religioso apropria-se de conceitos de outras instâncias discursivas, mais especificamente a sociologia marxista?
- 3 — Como se processa a transmissão do discurso através das práticas pastorais na periferia urbana?
- 4 — Qual a proposta da Igreja para a política urbana e quais os pontos de convergência com outras propostas vigentes na sociedade brasileira?

A amplitude das questões não implica que elas se esgotem aqui neste trabalho e por esse motivo algumas delas poderão ser tratadas em nível superficial.

Tomamos como referência fundamental para este trabalho: o documento publicado na 20.<sup>a</sup> Assembléia Geral da CNBB sobre solo urbano e ação pastoral; a cartilha popular elaborada para a divulgação desse documento e algumas publicações da CNBB sobre o programa de pastoral urbana.

Será enfatizada também minha experiência pessoal de assessoria junto às pastorais da periferia de Fortaleza e participante junto a outros sociólogos da discussão com os bispos do Ceará do documento Solo urbano e ação pastoral, base de preparação da 20.<sup>a</sup> Assembléia Geral da CNBB.

A validade de tomar a interpretação da Igreja sobre a questão urbana como algo unitário merece reflexão. Seria o documento da CNBB representativo do conjunto da Igreja? Até que ponto a unidade de pronunciamentos expressa apenas a representação que a Igreja faz de si para o público?

Se essa dúvida é válida para o conjunto da Igreja será mais ainda para o Nordeste onde a convivência de grupos comprometidos com a teologia de libertação e grupos portadores de uma prática mais tradicional é um fato patente. A própria discussão sobre o documento que tivemos oportunidade de acompanhar revelou ênfases diferentes sobre elementos "teológicos" ou elementos voltados para "interpretação e denúncia da realidade".

Entretanto, na medida em que a Igreja mantém um poder hierárquico capaz de legitimar os discursos da CNBB é possível se pensar numa certa unidade. Neste sentido concordamos com Pierucci: "Excusado dizer que o discurso (político social) que resulta dessas instâncias superiores tende a ser (via de regra mas nem sempre) amplo o suficiente para abrigar correntes várias e evitar cisões de fato, situando objetivos e programas no plano dos princípios gerais" (Pierucci, 1978: 11). A despeito da tentativa de manutenção da unidade, é possível distinguir publicações do "alto clero" de publicações em cartilhas? Para efeito de nossa discussão não constatamos diferenças entre o documento oficial da CNBB e sua versão na cartilha, tais quais as diferenças indicadas por Guilhon Albuquerque entre folhetos e cartas pastorais (Albuquerque, 1980 67).

O material que coletamos para caracterizar o "discurso religioso" inclui não só as publicações já citadas como cânticos, textos bíblicos etc. Na medida em que não estabelecemos uma discussão comparativa consideramos essas publicações dentro de uma mesma perspectiva de análise.

## A IGREJA E O DISCURSO RELIGIOSO

Talvez não seja exagerado afirmar que a Igreja católica é uma das instituições mais discutidas nos dias atuais. Em contrapartida ela saiu da meditação silenciosa e "entrou no mundo". Entrou participando, debatendo questões, e, sobretudo, produzindo discursos expressos em cartilhas, cartas pastorais, documentos, cânticos, principalmente da teologia da libertação.

Embora não seja nosso objetivo situar o papel da Igreja nos vários momentos conjunturais, é importante chamar atenção para o fato de que em momentos diferenciados ela tem se voltado para uma opção de caráter popular. É importante lembrar o movimento de educação de base em 1961 e a criação posterior de grupos ligados JEC, JUC, JOC. A dissidência em 1962 com a criação de AP modifica a atuação da Igreja em termos de penetração popular. A opção pelos pobres a partir do Concílio Vaticano II representa uma nova fase da Igreja em um momento em que ela se constitui como único espaço de organização e mobilização política. Dotada de grande legitimidade, a Igreja torna-se a "voz dos que não têm voz" e nesse processo de mudança, discurso e práticas religiosas passam a ter novas características. Na medida em que a Igreja dos oprimidos concebe a necessidade de se lutar por uma vida melhor na terra, modifica-se o discurso religioso reformulando sua área de influência. Para "transformar" a realidade é preciso analisá-la e o saber teológico tradicional é por si só insuficiente para dar conta do "ver, julgar e agir". Da mesma forma, as práticas tradicionais que comandavam a ação individual foram reformuladas, e estabelecidas novas práticas pedagógicas capazes de produzir o novo cristão. É claro que esse processo ocorre através de modificações institucionais que implica hegemonia de grupos internos à Igreja.

Enquanto produtora do "novo discurso" foi necessário que a Igreja lançasse mão de novos conceitos emprestados de outras instâncias e sobretudo elaborasse novas estratégias de ação. As CEB's modificaram as tradicionais organizações em paróquias. Também o discurso mudou seu público. Ele se dirige aos pobres e oprimidos. Em mudando o público emergiram novas problemáticas. A questão não é só a fé, a salvação, a busca do reino do céu. De vistas para a terra, a Igreja vê o latifúndio, a exploração do trabalho, a crise nas cidades. Mas vê como? Como se caracteriza essa nova forma de ver, como se coaduna com as formas antigas e como se articula com as novas técnicas de conscientização? Enfim, qual a estratégia discursiva da Igreja?

## ANÁLISE DA IGREJA SOBRE A REALIDADE URBANA

O documento "solo urbano e ação pastoral" propõe-se a seguir a metodologia empregada em Puebla, na 3.<sup>a</sup> Conferência do Episcopado Latino-Americano. Para tanto divide o documento em três partes:

- 1 — Situação do solo urbano no Brasil (ver)
- 2 — Elementos para uma reflexão ético-teológica (julgar)
- 3 — Pistas inspiradoras de uma ação concreta (agir).

A ênfase no solo urbano como um dos fatores que reflete os grandes problemas existentes na cidade guarda uma certa continuidade com documento anterior sobre o solo rural. Na referência à acelerada urbanização recorre-se à situação do campo como uma das causas de expulsão da população e conseqüente inchamento das cidades. A urbanização acelerada é vista como problema que tem nas últimas décadas afligido as principais cidades brasileiras, e vincula-se à acelerada redução de oferta de trabalho no campo e a expectativa de melhores oportunidades de vida na cidade.

Além da influência migratória, a rápida valorização do solo urbano, objeto de intensa especulação imobiliária, agrava a situação habitacional. Essa especulação se expressa na existência de estocagem de terrenos à espera de aumentos no preço do solo.

Dentro da mesma perspectiva utilizada no documento sobre solo agrícola, e solo urbano é classificado em solo de habitação — repartido desigualmente entre as diversas camadas sociais — e solos de especulação estocados e ociosos destinados a operações imobiliárias. Também a apropriação desigual do solo reproduz as desigualdades de renda e o Brasil é mencionado como exemplo mais catastrófico dessa situação não uniforme para todo território. O nordeste é colocado como concentrador de maior propriedade fundiária em relação ao centro-sul.

São inúmeros os fatores apontados que contribuem para valorização do solo urbano. A infra-estrutura urbana, rede d'água, luz, esgoto, os transportes coletivos, escolas, hospitais, comércio, lazer e as leis de zoneamento. Esses fatores interagem seja através de sua implantação em bairros já bem dotados, seja através de legislação que favorece a especulação imobiliária.

Dentro dos limites deste artigo importa restringir essa questão atentando especificamente para a versão da Igreja sobre a realidade urbana. Acredito que delimitar um tema específico para se pensar o discurso religioso tem vantagens, como verificar certas peculiaridades nem sempre identificáveis em um nível de análise mais generalizante. Antes de entrar propriamente no assunto algumas palavras sobre como estamos considerando o discurso religioso e como enfatizamos metodologicamente essa temática.

Em primeiro lugar, a concepção de que não se pode pensar o discurso religioso numa perspectiva causal direta que supõe situação sócio-econômica e formação discursiva.

A explicação também passa pela caracterização interna da instituição, que nos diz que a Igreja não tem elemento reativo de forças que operam na sociedade, mas possui mecanismos e dispositivos próprios articulados e um sistema de representação (ver Romano 1979: 20). Também a existência de novos valores e regras de legitimidade irão influenciar o discurso.

Uma outra questão refere-se à perspectiva para se analisar o discurso religioso a partir de suas próprias regras de positividade. Considerá-lo como um Saber, significa não entendê-lo como portador de uma verdade ou, como querem algumas interpretações, considerá-lo como discurso que cada vez mais tenta retratar a realidade pelo uso de "métodos científicos de análise". A questão, portanto, não é ver se o discurso da Igreja sobre a problemática urbana traduz ou não a realidade cidadina, mas de que forma essa "realidade" é interpretada, e que requisitos são incorporados de outras instâncias discursivas para elaboração dessa interpretação.

Se a sociologia marxista serve hoje de base de apoio ao discurso que desceu do céu à terra, esse discurso para manter-se em sua unidade necessitou readaptar aqueles conceitos à sua lógica interna. Poderíamos por acaso pensar que o conceito de solo urbano do discurso religioso e da sociologia urbana tem o mesmo significado? "Uma frase dita na vida cotidiana, escrita em um romance, fazendo parte do texto de uma constituição ou integrando uma liturgia religiosa não constitui um mesmo enunciado" (Foucault, cit. por Machado, 1981: 169).

Importa pois em nosso caso, verificar como o discurso religioso sobre a questão urbana articula conceitos e tenta interpretar a cidade recriando esses conceitos dentro de uma lógica interna que passa necessariamente pela perspectiva teológica.